



**APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS SEM PLANEJAMENTO
PRÉVIO NO BAIRRO GUANDU EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES:
O MERCADO DA PEDRA E A RUA PROF. QUINTILIANO DE AZEVEDO**

**Bernardo Pimenta Souza¹; Raianne Vaz Stafanato²; Maria Deuceny da
Silva Lopes Bravo Pinheiro³; Letícia Maria Andrião Rocha⁴**

1 Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade América;
bernardopimentasouza@gmail.com;

2 Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade América,
raiannestaf@hotmail.com;

3 Doutora em Ciências da Educação; Professora da Faculdade América e da
FEVIT/FACCACI/FDCI, deuceny@yahoo.com.br;

4 Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora da Faculdade América.
leticiaarocha@sempre.faculdadeamerica.edu.br.com

Introdução

Ao decorrer da história das cidades, os espaços públicos tornam-se pontos sempre presentes e essenciais. Estes espaços possuem um papel fundamental para a cidade e a sociedade que nela vive, sendo sempre um ponto de desenvolvimento e ocupação central e surgimento para grandes centros. Desde as ruas, calçadas, parques, praças entre outros, todos esses ambientes são considerados lugares públicos, por serem espaços voltados para o uso livre da população em geral. Com isso fica claro que, o uso dos locais depende das vontades e necessidades da população que o usufrui.

Partindo desse pressuposto, este artigo pretende compreender como a apropriação de espaços públicos sem a existência de um planejamento mínimo, pode afetar a vida da cidade e seus cidadãos de uma forma que não facilita e que ainda agravam problemas como da mobilidade urbana.

Em um primeiro momento, foi definido como área de estudo a região do bairro Guandu em Cachoeiro de Itapemirim onde existem trechos bem característicos de apropriação por parte dos comerciantes, sendo um grande centro urbano da cidade em si. A região conta com uma grande circulação de pessoas e veículos diariamente, tratando-se de um dos canais para o fluxo e



comércio para a cidade. Mostra-se como justificativa para o estudo, a alta rotatividade diária em um local onde a falta de espaços de permanência de qualidade é uma grande realidade. Nesta área, comerciantes e consumidores da região disputam espaços nas calçadas e ruas, e ainda, os transeuntes que vivem a cidade competem pelos passeios com grandes empecilhos em seu decorrer.

Metodologia

O presente estudo envolveu três dimensões: física/espacial, de percepção e comportamental. A apropriação foi tratada por meio do uso da rua como elemento que possibilita a transformação de espaços em lugares e a interação social. Durante o estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas para compreender os conceitos de espaços públicos, com o intuito de compreender a situação do local de estudo e reconhecer suas potencialidades, e poder propor possíveis ideias de soluções para os espaços, se é viável desfazer o que existe ou requalificar os espaços ocupados.

Referencial Teórico

Desde as primeiras cidades, é possível visualizar uma grande presença dos espaços públicos e como o desenvolvimento das urbes se dá ao redor deles. Desde as ágoras da antiga Grécia, até as movimentadas ruas das atuais grandes metrópoles, é visível o desenvolvimento de centros urbanos e sociais no entorno.

Espaços públicos são aqueles cujo acesso não é restrito, é um uso de espaço comum dentro da malha urbana.

Pode-se afirmar que eles são cenários onde as pessoas se tornam, de fato, cidadãos ativos ao ocupá-los para lazer, trabalho, expressão artística e sociabilidade. Esses espaços são, portanto, vitais para a movimentação e evolução de uma cidade, sendo o ambiente em que cada indivíduo pode exercer a sua cidadania e seu direito à cidade de forma única (TALARICO et al., 2021, p.2)

Esses espaços são elementos primordiais para a cidade e sua existência, moldados pelas necessidades da população que o frequenta e suas



rotinas. Por ter como motivação da sua existência a necessidade humana, esses locais tendem possuir uma ocupação e usos de certa forma conturbada, visto as diferentes vontades das pessoas no âmbito social ao qual estão inseridos.

Segundo Santos (1988, p.70) "Leva-se em consideração que cada indivíduo possui uma percepção de espaço e cidade. A produção do espaço é o resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meios de objetos, naturais e artificiais".

Para Borja (2006) os espaços públicos não são somente aqueles que foram pensados unicamente com esse conceito de uso, mas também espaços encontrados ao redor de edificações onde há potencialidades de uso e aqueles chamados de "não lugares" onde nenhuma atividade ali se exerce.

O mesmo autor também relata:

Ainda existem muitas cidades, não somente na América Latina, em que o espaço público comum se entende como um espaço qualificante, que oferece distintas possibilidades às pessoas de estarem nele, e que ademais *melhora a auto-estima dos cidadãos* porque os faz sentir que são tratados como os outros, como os da cidade mais formal, mais rica (BORJA, 2006).

São através desses espaços públicos que conhecemos a cidade e sua identidade e também de sua população que ali habita. O tratamento desses locais, que por muitas das vezes são ocupados de alguma maneira não planejada, diz muito sobre a história daquele redor e das pessoas que transitam por ali.

Segundo o Dicionário Aurélio o termo Apropriar é definido como "Apoderar-se de algo que não lhe pertence; tomar a posse de alguma coisa: o morador apropriou o apartamento invadido; ele apropriou ao cargo os privilégios do chefe; apropriou-se das joias da esposa". Segundo Santos e Vogel (1981) "os espaços coletivos e a sua apropriação por uma comunidade de moradores surgem como um processo complexo de atribuição de sentido"

A apropriação desses espaços urbanos nas áreas centrais se classifica com a intervenção da população sobre o local com intuito de moldá-lo perante suas necessidades, tomando para si aquilo que seria de uso coletivo. Sobre o assunto, Santos (1988, p.11) acrescenta que:



Na era medieval, o comércio era a fonte responsável por promover a circulação da população e também a utilização dos espaços públicos. Essas atividades funcionam como o coração da cidade, pois é o comércio que atende as necessidades básicas de todo o município. Sobre o assunto, cita Vargas;

Contextualizando, trazendo para a realidade do município de Cachoeiro de Itapemirim, focamos nosso estudo para o Mercado Quincas Leão, mais conhecido pelo seu nome popular Mercado da Pedra, por ter um entorno que represente um exemplo da apropriação de espaços públicos. Localizado no bairro Guandu, região central de Cachoeiro de Itapemirim/ES, o Mercado da Pedra foi tombado pelo Município por meio da Resolução n.001/2013, dado a importância cultural deste espaço para a cidade.

O Mercado Quincas Leão foi construído no ano de 1967, na gestão do



prefeito Nelo Vola Borelli com intenção de tirar o mercado que acontecia na Rua Bernardo Horta (IPATRIMÔNIO, 2022). As vendas aconteciam de forma em que as mercadorias ficavam em cestos ou em bancas, recebendo sol durante todo dia. Próximo dali havia uma pedra. As pessoas que vinham do interior deixavam os animais amarrados em coqueiros existentes próximo ao local, e partiam para fazer suas vendas e compras.

De acordo com Mello apud Ipatrimônio (2022) o prefeito da época ordenou a “explosão da laje de pedra sobre a qual e ao redor, os comerciantes dispunham os produtos para venda”. Assim, a partir de 1970, o mercado foi oficialmente nomeado com seu nome original Quincas Leão, porém sem sucesso, pois a pedra sempre foi uma referência para as comerciantes que ali realizavam suas atividades, cuja apropriação perdura nos dias atuais e área é conhecida pelos moradores e usuários como Mercado da Pedra.

Figura 2: Rua Bernardo Horta no ano de 1940



Fonte: Rocha (2017)

Na época, não foi fácil para os comerciantes aceitar essa mudança por constatarem que iriam perder grande quantidade de seus consumidores e então permaneceram com suas atividades no entorno do mercado, até a atualidade.



Figura 3: Mercado da Pedra no ano de 2022



Fonte: Google Earth (2022)

Outro espaço, em Cachoeiro de Itapemirim, que também foi apropriado pela população é a Rua Prof. Quintiliano de Azevedo, localizada no bairro Guandu, também conhecida como a Rua da Caixa Econômica. Esta rua é uma área onde acontece uma grande diversidade de atividades comerciais, ligando o *shopping popular* com a Avenida Beira Rio.

Historicamente, esta também é uma área relacionada ao comércio, pois próximo se encontra a estação ferroviária e próxima ao mercado da pedra. Há também relatos da Praça Dr. Luiz Tinoco da Fonseca onde hoje se encontra Posto Oásis. Sobre a região e a relação com o shopping popular, Rocha traz em questão:

Em uma tentativa de coibir os ambulantes pelas ruas de Cachoeiro de Itapemirim, em 1996 a municipalidade criou o Shopping Popular com o objetivo de concentrar aquele tipo de comércio das calçadas. Mas essa iniciativa não foi bem sucedida, porque os comerciantes ainda permanecem pelas ruas, o que gera inúmeros conflitos principalmente os proprietários de lojas. (ROCHA, 2017, p. 114)

Buscando uma melhor compreensão desta região do Bairro Guandu, buscamos os registros históricos dessa apropriação e os documentos como fotos e depoimentos e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Cachoeiro informam que antigamente ali era uma grande fazenda, que deixou de existir com a construção da estrada de ferro.



Figura 3: Bairro Guandu no ano de 1950



Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (2022)

De acordo com Rocha (2017), após a abolição em 1888, os antigos escravos da fazenda permaneceram no local por terem adquirido um pedaço da terra ou por simples decisão própria tomada pela sua liberdade. Mais tarde, os habitantes da região foram se concentrando nessa área em busca de boas condições de trabalho, tornando essa área numa mistura de migrantes nativos e imigrantes europeus que vinham em busca de um cargo na fábrica de tecido, em empresas de extração de madeira ou para abrir seu próprio negócio. As pessoas com maior poder aquisitivo buscavam a área onde hoje é a Rua Capitão Deslandes e áreas próximas da estação ferroviária, por serem consideradas as mais movimentadas, tendo um valor simbólico para a região.

Trazendo essa relação do passado com os dias atuais, a área em questão continua sendo ponto de referência comercial de Cachoeiro. Suas atividades comerciais ali sempre proporcionaram um grande fluxo de pessoas, tanto que, pela falta de espaço existente no local, a rua é usada como transição entre uma loja e outra. Na calçada existente, em todo percurso, são encontrados ambulantes, camelôs, entre outros, fazendo com que o pedestre tome a decisão de desviar do caminho pela rua.



Figura 4: Rua Prof. Quintiliano de Azevedo no ano de 2022



Fonte: Google Earth (2022)

Conclusão

No presente estudo vimos como os espaços da cidade agregam sentimentos podem agregar sentimentos de pertença comum. Esse é direito que advém da necessidade de pertença a algo, que transcende o indivíduo. Esta sinergia entre o individual e o coletivo, entre o humano e o social, faz da cidade um espaço de uso privado e coletivo, independentes do tempo, mas em função a que se destina. Vimos isso no bem representado no Mercado da Pedra e na Rua Professor Quintiliano de Azevedo, cuja apropriação e uso tem contribuído para estreitar o laço de pertencimento com esse território exigindo do arquiteto e das políticas públicas de planejamento urbano um olhar mais sensível para fortalecer esse sentimento e valorização dos espaços da cidade.

Palavras-chave: Espaço Público. Apropriação. Planejamento Urbano. Pertencimento coletivo.

REFERÊNCIAS

APROPRIAR. In: **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apropriar/>. Acesso em: 02/10/2022.

BORJA, Jordi. **Espaço público, condição da cidade democrática**. Café de las Ciudades. 2006. Disponível em: https://cafedelasciudades.com.ar/politica_42_1.htm#1. Acesso em: 15 set.



2022.

COCOZZA, G. de P.; RODRIGUES MESSIAS, G.; BITTENCOURT TALARICO, A. L. **A falta que a cidade faz: análise de quais espaços urbanos sentimos falta durante a quarentena** | Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/5139>. Acesso em: 3 out. 2022.

ROCHA, S. M. G. da. **As relações de poder e as disputas simbólicas pelo Guandu em Cachoeiro de Itapemirim (1966 – 2016)**. Vitória, UFES. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9281>. Acesso em: 02 out.2022

SANTOS, Carlos Nelson F. dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro, Finep/Ibam, 1981, p. 150. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5445306/mod_resource/content/0/VOGELArno_QuandoRuaViraCasa-1980. Acesso em 02 out. 2022

MERCADO Quincas Leão. Ipatrimônio. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/cachoeiro-de-itapemirim-mercado-quincas-leao/#!/map=38329&loc=-20.847155798583973,-41.12061725449721,17>. Acesso em 10 out.2022.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. 1988.

SILVA, F. A. R. **O Comércio no espaço público**. 2015. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/136131>. Acesso em: 02 out.2022

TALARICO, Anna Laura Bittencourt, et al. **A falta que a cidade faz**. Campinas. 2021.